

ELESANDRA ALVES VIRGULINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ARRANJOS PRODUTIVOS
NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MATO GROSSO**

**TANGARÁ DA SERRA - MT
2019**

ELESANDRA ALVES VIRGULINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ARRANJOS PRODUTIVOS
NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MATO GROSSO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação *Strictu- Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

Sob orientação do Prof. Dr. Raimundo França

**TANGARÁ DA SERRA – MT
2019**

V816p VIRGULINO, Elesandra Alves .
Políticas Públicas de Economia Solidária e os Arranjos
Produtivos no Município de Tangará da Serra Mt / Elesandra Alves
Virgulino - Tangará da Serra, 2019.
50 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Interdisciplinar em Ambiente e Sistemas
de Produção Agrícola, Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas,
Engenharia e da Saúde, Câmpus de Tangara da Serra,
Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.
Orientador: Raimundo Nonato Cunha de França

1. Empreendimento de Economia Solidária. 2.
Sustentabilidade Social. 3. Agricultura Familiar. I. Elesandra Alves
Virgulino. II. Políticas Públicas de Economia Solidária e os Arranjos
Produtivos no Município de Tangará da Serra Mt: .
CDU 631.14(817.2)

ELESANDRA ALVES VIRGULINO

**“POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS ARRANJOS
PRODUTIVOS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT”.**

Dissertação apresentada à
Universidade do Estado de Mato
Grosso, como parte das exigências
do Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Ambiente e
Sistemas de Produção Agrícola para
obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2019.

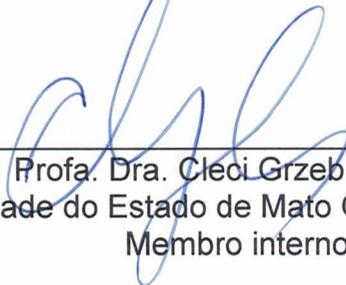
Banca Examinadora



Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Orientador



Prof. Dr. Telmo Antônio Dinelli Estevinho
UFMT – Cuiabá
Membro externo



Profa. Dra. Cleci Grzebieluckas
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Membro interno

TANGARÁ DA SERRA/MT- BRASIL

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e, em respeito à hierarquia parental, começo pela minha mãezinha querida, Jozefa Alves Virgulino, e a meus dois pais Inácio Bezerra e Eduardo Ambrósio. A eles, minha gratidão por terem me ensinado o sentido da vida. Ao meu marido Cloudes Tonelli, companheiro e amigo que me incentivou nessa jornada, e aos meus dois filhos queridos Lindaiara Virgulino Tonelli e Átila Virgulino Tonelli, que tiveram compreensão e carinho em mais uma jornada.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus por me dar força e coragem para seguir o curso da vida com determinação de estudar e concluir mais essa etapa na jornada acadêmica.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Dr. Raimundo Cunha de França, por acreditar neste trabalho e confiar este desafio à minha pessoa. Sou grata pela paciência e companhia nesta jornada acadêmica e por acreditar que eu seria capaz de concluí-la.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola – PGASP e, em especial, ao professor do Curso Letras e meu amigo, Dr. Everton Barbosa, pelas contribuições durante o desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Câmpus Tangará da Serra. Ao Programa de Pós Graduação em Ambientes e Sistema de Produção Agrícola - PPGASP e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT pela concessão da bolsa de estudos.

À associação dos Feirantes do Município de Tangará da Serra MT e a todos que naquele espaço contribuíram de alguma forma para que a pesquisa fosse realizada.

A todos estes, minha gratidão!

Bengalas

*O ser humano tem suas almas curvadas
pelo ego, e sustentadas pelas bengalas da vaidade.*

- Levirgulino

Lista de Siglas e Abreviações

ANCOSOL: Associação Nacional de Cooperativas de Crédito Economia Familiar Solidária.

CONAES: Confederação Nacional de Economia Solidária

CONCRAB: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

CONFESOL: Confederação de Cooperativa Central Rural com interação Solidária.

ES: Economia Solidária

FBES: Federação Brasileira de Economia Solidária

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PNAES: Plano Nacional de Economia Solidária

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais.

SCIELO: *Scientific Electronic Library Online*

SENAES/TEM: Secretária Nacional de Economia Solidária Ministério do Trabalho.

SENAES: Secretária Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

	Páginas
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	–
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO GERAL	9
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	12
ARTIGO I A relação da produção legislativa sobre Economia Solidária e a ampliação dos Arranjos Produtivos Solidários no Brasil	14
ARTIGO II Etnografia da sociabilidade presente na Feira Municipal do Produtor do Município de Tangará da Serra – Mato Grosso	33

RESUMO

O Estudo das Políticas Públicas de Economia Solidária e Arranjos Produtivos no Município de Tangará da Serra – Mato Grosso tem como objetivo geral analisar a influência da Política Pública de Economia Solidária nos arranjos produtivos locais ligados à agricultura familiar, notadamente sobre as experiências de construção de sociabilidades no espaço das feiras locais. Foram adotados como procedimentos metodológicos a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental, utilizando-se de documentos e leis regulamentadas no plano Federal, Estadual e Municipal, que tem como tema central a Política de Economia Solidária, com recorte temporal de 2003 a 2015. Também, foi utilizado o estudo de caso, com técnicas de observação direta realizadas na “Feira do Produtor”, localizada Centro do Município de Tangará da Serra, que conta com trezentos e setenta feirantes, distribuído numa área de 8.100 metros. No primeiro momento, a pesquisa constatou que entre período de 2002 a 2015, houve significativo avanço na produção de Leis que têm a Economia Solidária como tema central, em diferentes estados e municípios da federação. Outra constatação importante sobre a Economia Solidária é de que ela foi uma Política elaborada pela sociedade civil na busca de perspectivas econômicas. Desta forma, é uma política criada no modelo *Bottom Up*, isto é, de baixo para cima. O segundo momento da pesquisa, sobre uma olhar mais antropológico com características etnográficas, resultou na compreensão do que é para os indivíduos seus valores, afinidades, como se relacionam nas práticas de Economia Solidária e seus arranjos produtivos.

Palavras-chave: Empreendimento de Economia Solidária; Sustentabilidade social; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The Study of the Public Policies of Solidarity Economy and Productive Arrangements in the town of Tangará da Serra - Mato Grosso has as general objective to analyze the influence of the Public Policy of Solidary Economy in the local productive arrangements related to family agriculture, especially on the experiences of building sociabilities in the space of the local fairs. Methodological procedures were adopted as qualitative research of the bibliographic and documentary type, using documents and laws regulated at Federal, State and Municipal level, whose central theme is the Solidary Economy Policy, with a temporal cut from 2003 to 2015. Also, it was used the case study, with direct observation techniques performed at the "Producer Fair", located in the Tangará da Serra's downtown, which it has three hundred and seventy fairgrounds, distributed in an area of 8,100 meters. At first, the research found that between 2002 and 2015, there was a significant advance in the production of Laws that have Solidarity Economy as the central theme in different states and municipalities of the federation. Another important finding about the Solidarity Economy is that it was a Policy developed by civil society in the search for economic perspectives. In this way, it is a policy created in the Bottom Up model, that is, from the bottom up. The second moment of the research, on a more anthropological look with ethnographic characteristics, resulted in the understanding of what is for individuals their values, affinities, as they are related in the practices of Solidary Economy and its productive arrangements.

Keywords: Solidarity Economy Enterprise; Social sustainability; Family farming.

INTRODUÇÃO GERAL

O sistema capitalista, ao longo de sua história, conviveu com a dificuldade de responder plenamente ao equilíbrio entre a oferta e demanda, bem como a geração de empregos sob o prisma de uma sociedade plenamente empregada. Como observou Eid (2004), a economia capitalista, após a Segunda Guerra Mundial, havia um equilíbrio entre investimento privado e público, com aumento do emprego e crescimento econômico, porém nos anos 80 e 90 a realidade era bem distante disso, pois houve algumas crises econômicas cíclicas e sistêmicas¹.

Todas estas crises puseram e põem em evidência os limites do próprio sistema, posto que tais acontecimentos fizessem crescer o número de pessoas em situações inumanas por toda parte, sobretudo com ampliação do número de desempregados. Em contrapartida, tais acontecimentos fizeram surgir experiências produtivas fora da dinâmica do capital como forma de substituir o modelo produtivo “exploratório”, a partir de experiências cooperativas que se baseiam na experiência solidária como forma de organização alternativa à dinâmica do capital (EID, 2004).

Entretanto, segundo Singer (2002), esse movimento mudou bruscamente após a Segunda Guerra Mundial, surgindo a desindustrialização dos países centrais, ocasionando-se novamente um retrocesso, havendo, ao mesmo tempo, o desemprego e/ou a flexibilização de dos direitos trabalhistas adquiridos, diminuição de seus salários, desencadeando-se uma crise com milhões de desempregados, ampliando a exclusão social.

No caso do Brasil, o país também tem uma estrutura política marcada por fases de crescimento econômico e crises diversas e, em certa medida, excludentes, porém as relações de trabalho nem sempre foram definidas por relações de salários. Houve mudanças nessa trajetória, com a diminuição dos postos de trabalho e baixos salários, ocorrendo e formando novas formas de trabalho associativas (SILVA; et al, 2016).

Nesse contexto, da crise capitalista, surge no Brasil a reinvenção da economia solidária como forma de superação e modelo alternativo ao sistema capitalista, formando novas formas associativas e cooperativas de consumo nas

¹ Pode-se ser citada a Crise de 1929, Crise do Petróleo de 1973, Crise de 1982, Crise dos Tigres Asiáticos (1996) e a Crise Imobiliária de 2006 (CURVO 2011).

idades e no campo, fazendo emergir novas perspectivas econômicas (SINGER, 2002).

Nesse sentido, para Singer (2008), a economia solidária é uma forma de arranjo produtivo que se diferencia de outras experiências por ser centrada na concepção de igualdade de direitos dos meios de produção por aqueles que se associam. Além disso, os arranjos são auto gerenciados, isto é, tais empreendimentos são geridos pelos trabalhadores.

Segundo Lima et al (2013), o termo Economia Solidária surgiu no Brasil em meados de 1990, caracterizando-se por atividades econômicas organizadas, com os princípios de cooperação que vão ser objeto de formulação de Políticas Públicas orientadas sob a perspectiva da Economia Solidária, a exemplo da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada pela Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, sendo instituído pelo Decreto nº 4.764 em conformidade com Ministério do Trabalho.

No Mato Grosso, a Economia Solidária ganhou maior destaque com a implementação da Lei 8.936 de 17 de julho de 2008, essa política Estadual visa incentivar as empresas, cooperativas, redes e empreendimentos que estão inseridos na economia popular solidária para que tenham autogestão sustentabilidade e desenvolvimento econômico.

Já em Tangará da Serra, a Lei 2.460 criada em 16 de Dezembro de 2005 dá apoio às pessoas que se organizam para comercializar produtos e serviços essa política de economia solidária dá suporte ao desenvolvendo das atividades dos agricultores, artesãos e catadores entre outros que estão inseridos nessa categoria. É importante destacar que a política popular solidária municipal, vem fortalecendo a Lei estadual vigente.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar a influência da Política Pública de Economia Solidária nos Arranjos Produtivos Locais ligados à agricultura familiar, notadamente sobre as experiências de construção de sociabilidades no espaço das feiras locais. Este trabalho está organizado em duas seções, a primeira faz uma análise da produção no âmbito do Legislativo Estadual e Municipal sobre a Política de Economia Solidária. A segunda verifica a construção das sociabilidades espaços de comercialização na Feira Produtor do Município de Tangará da Serra – Mato Grosso.

A primeira parte do trabalho se baseia na pesquisa qualitativa de tipo bibliográfico e documental. Sendo assim, o recorte metodológico do trabalho foi feito a partir da análise de documentos, legislação e Planos Governamentais que continham referências as Políticas Públicas de Economia Solidária.

Para a segunda parte, também foi realizado o estudo de caso, com técnicas de observação direta. A observação direta dá ao pesquisador um acompanhamento mais minucioso das situações e revela com mais profundidade o significado delas. Esta foi feita na “Feira do Produtor”, localizada Centro do Município de Tangará da Serra, que conta trezentos e setenta feirantes, distribuído numa área de 8.100 metros. A feira acontece às quartas-feiras e aos domingos, desde 1993. A presente pesquisa apresentou os resultados de uma etnografia realizada na associação de produtores na feira de Tangara da Serra. As observações começaram em janeiro de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 10.683/2003 instituída pelo Decreto 4.764 de Economia Solidária.

_____, Lei Ordinária 2460 de 16 de Dezembro de 2005 Política Municipal de Fomento a Economia Popular Solidária. Mato Grosso Tangará da Serra.

_____, MATO GROSSO Decreto Lei 8.936 de 17 de julho 2008.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES /MTE. Brasília, 2003 Disponível em:<<http://trabalho.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>> acesso em 08/01/2018.

FURTADO, C. Entre inconformismo e reformismo. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 8, p. 166-187, 1990.

EID, F. DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO, ECONOMIA SOLIDARIA E POLITICAS PUBLICAS: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. In: LAUDEMIR LUIZ ZART: EDUCAÇÃO E SOCIO-ECONOMIA SOLIDARIA-PARADIGMAS DE CONHECIMENTO E DE SOCIEDADE. SÉRIE SOCIEDADE SOLIDÁRIA ANO I, vol 1 CÁCERES: UNEMAT, 2004 p.165-166.

LIMA, M. T; DAGNINO, R. P. Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e convergentes. **Outra Economia**, v. 7, n. 12, p. 3-13, 2013
SENAES- Secretária Nacional de Economia Solidária- Plano Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia->

solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria >. Acesso em 29 de setembro 2017, as 15h.

SILVA, S. P; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 2, p. 309-326, 2016.

SINGER, P. Economia Solidária. **Estudos Avançados**, v.22, n.62, p. 289-314, 2008.

_____. **Introdução a Economia Solidária**. 1º ed. São Paulo, Ed. fundação Perseu Abramo, 2002.

ARTIGO I

A relação da produção legislativa sobre Economia Solidária e a ampliação dos Arranjos Produtivos Solidários no Brasil.

[Ambiente Sociedade]

RESUMO:

Os estudos sobre experiências de economia solidária têm recebido bastante atenção no cenário acadêmico brasileiro, pois, numa simples consulta às quaisquer bases de dados qualificada é possível encontrar centenas de artigos sobre o assunto. Apesar disso, nota-se que tais produções dão destaque às experiências em si, como estudos de caso, mas pouca atenção a ampliação de leis que referendam o avanço da economia solidária no Brasil. Nesse sentido, o estudo analisa a relação entre a produção legislativa e a ampliação dos Arranjos Produtivos Solidários no Brasil, destacando a experiência mato-grossense. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico-documental, tendo como recorte temporal o período de 2002 a 2018. A pesquisa constatou uma ampliação dos empreendimentos solidários com o pico focal na região Nordeste do Brasil e, no caso do Mato Grosso, destaca-se que a experiência das políticas públicas de apoio ao empreendimento solidário precedeu a criação da Lei de Economia Solidária em nível nacional.

Palavras-chave: Cooperativa de trabalho; Produção legislativa; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT:

The studies on solidarity economy experiences have received a lot of attention in the Brazilian academic scenario, since, in a simple query to any qualified databases it is possible to find hundreds of articles on the subject. Despite this, it is noted that such productions highlight the experiences themselves, such as case studies, but little attention is given to the expansion of laws that refer to the advancement of the solidarity economy in Brazil. In this sense, the study analyzes the relationship between legislative production and the expansion of Solidarity Productive Arrangements in Brazil, highlighting the Mato Grosso experience. It is a qualitative bibliographical-documentary research, with a temporal cut between 2002 and 2018. The research found an expansion of the joint ventures with the focal point in the Northeast region of Brazil and, in the case of Mato Grosso, highlights the experience of public policies in support of the solidarity enterprise preceded the creation of the Solidarity Economy Law at the national level.

Keywords: Work cooperative; Legislative production; economic development.

1. INTRODUÇÃO

Para Singer (2008), a Economia Solidária é uma forma de arranjo produtivo que se diferencia de outras experiências por ser centrada na concepção de igualdade de direitos dos meios de produção por aqueles que se associam. Além disso, os arranjos são auto gerenciáveis, isto é, tais empreendimentos são geridos pelos próprios trabalhadores.

Os principais pensadores que deram base à economia solidária surgiram nos meados do século XIX, criando cooperativismo operário como alternativa aos efeitos provocados pelas revoluções industriais, sendo estes: Robert Owen (1771- 1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). (CULTI, 2009).

Segundo Singer (2002), Owen e Fourier foram os principais pensadores do socialismo utópico². Owen incentivou os movimentos políticos sociais, na Grã-Bretanha, a partir daí surgiu a inspiração e o alicerce do cooperativismo, abrindo os caminhos para a economia solidária.

Já no Brasil, Singer (1998), cita que a partir do Séc. XIX, quando houve a migração europeia, após a segunda Revolução Industrial, surgiram os movimentos organizados de empreendimentos coletivos democráticos, que trouxeram junto com os europeus essas experiências do cooperativismo em oposição ao capitalismo industrial, assim as cooperativas se expandiram, especialmente na região Sul do Brasil.

Segundo Singer (2002), com o avanço das conquistas de direitos por parte dos operários do mundo, em países desenvolvidos e semi-industrializados, e a criação de sindicatos organizados, a situação dos operários foi melhorando, com a redução da carga horária de trabalho e salários reais mais elevados.

No Brasil, de acordo com Kruppa (2012), as primeiras legislações no início do século XX, em 1907, o governo federal cria o Decreto nº 1.637 que coloca as cooperativas na estrutura jurídica nacional, “como uma espécie de sociedade comercial”. Logo, esse documento aborda as cooperativas e os sindicatos.

² Uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social.

Na metade dos anos 1970 com a crise na produção industrial mundial, cresceu massa de desempregados, especialmente em função das transferências de empresas para países cujos direitos ainda eram rarefeitos nas questões trabalhistas. Os sindicatos tornaram-se vulneráveis pela grande perda de operários e ficaram fragilizados para ampliar os direitos dos assalariados, muitos dos trabalhadores foram obrigados a se sujeitar as condições impostas com a redução de seus salários (SINGER, 2002).

O autor afirma que, na contradição do capitalismo, inovou-se as oportunidades, quebrando os paradigmas de produção dominante, em meio a transformação, se reproduz a economia solidária por meio dos próprios desempregados apoiados por entidades ligadas a Igreja Católica e outras igrejas, sindicatos e também as universidades que deram suporte.

Como bem nota Eid (2004), a Economia Solidária contrapõe-se a economia capitalista, pois aquela defende “*a autonomia, a democracia, a fraternidade, a igualdade e a solidariedade*”, assim a conservação de cada posto de trabalho tem maior relevância do que a própria lucratividade. A racionalização social é mais importante que a racionalização técnica, pois se baseia na cooperação com incentivos para expandir as potencialidades profissionais da coletividade, em benefício do próprio trabalhador. Portanto, o trabalho é fundamental para a unificação não subordinada das prioridades definidas pela coletividade.

Zart (2004) afirma que a Economia Solidária é uma proposta que conduz as transformações culturais, políticas e sociais, partindo das relações de trabalho com o cooperativismo a participação política democrática, a distribuição justa da renda e uma auto-gestão com responsabilidade.

Levando em consideração os aspectos mencionados acima, houve um avanço no Brasil no cenário de debates sobre o cooperativismo e economia solidária, portanto é somente a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho, por meio da Lei nº 10.683 de 28 de maio, sendo instituído pelo Decreto nº 4.764 as Políticas Públicas de Economia Solidária ganharam maior visibilidade enquanto Políticas de Governo.

Diante desse contexto, constitui-se o objetivo central deste artigo, que é tratar da relação entre a produção legislativa sobre Economia Solidária e a ampliação dos Arranjos Produtivos Solidários no Brasil.

2. Metodologia

O trabalho se baseia na pesquisa qualitativa de tipo bibliográfico, considerando que, segundo Goldenberg (2004), “a utilização do método bibliográfico em ciências sociais é forma de revelar como as pessoas universalizam através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem” e documentam. Nesse sentido, o recorte metodológico do trabalho foi feito a partir da análise de documentos, legislação e Planos Governamentais que continham referências as Políticas Públicas de Economia Solidária, realizados em bases de dados como o *Scielo* e site³ da prefeitura de Tangará da Serra e dos Governos Executivo e Legislativo Federais.

A pesquisa teve como recorte temporal o período de 2002 e 2015, posto que foi neste período que houve maior constatação de leis que se dedicavam ao tema da Economia Solidária. Para agilizar o processo de seleção da pesquisa foram utilizados como descritores os seguintes termos: Economia Solidária, Empreendimentos Produtivos, Arranjos Produtivos e Políticas Públicas de Economia Solidária, Cooperativismo e Economia Popular.

3. Resultados e Discussão

Breve Nota Sobre as Políticas Públicas no Brasil.

Se partirmos da definição de Souza (2011), de que toda ação de governo é uma Política Pública, temos por consequência que as Políticas Públicas estão dadas do momento que passou a existir Estado. Contudo, se tomarmos por definição que o surgimento das Políticas Públicas no país está vinculado à concepção, ainda que discutível, de cidadania, veremos que estamos diante de um tema relativamente

³ <http://www.tangaradaserra.mt.leg.br/>, <http://www.al.mt.gov.br/>,
<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legis-federal>, www.scielo.br.

novo, posto que a cidadania no Brasil é uma é uma discussão política relativamente recente.

Afinal, segundo Carvalho (2002) até a Carta Magna de 1988, a cidadania no Brasil era claramente uma cidadania de proprietários e, portanto, as ações do Estado eram uma extensão de seus interesses. É somente com a Constituição Cidadã (1988) que será visto a ampliação da cidadania para os não proprietários, logo, ver-se-á a emergência de Políticas Públicas mais gerais para os diversos segmentos sociais, inclusive, as mulheres, as crianças, os idosos etc.

De 1930 até 1980 houve um período de grandes transformações políticas internacionais e nacionais, assim as políticas públicas no Brasil tornaram-se mais consolidadas, houve um grande avanço nas áreas dos direitos do cidadão e das políticas sociais (CASTRO, 2014).

A partir da década de 1980 essas mudanças são mais significativas. Segundo Nagem *et al.* (2013), ocorreram devido à retomada das eleições diretas, “do processo de descentralização fiscal, prevista na Constituição de 1988”, foi remodelada, assim, a forma de implementações de políticas públicas. Para Arretche (2002) e Souza (2014), essas transformações influenciaram diretamente a estrutura organizacional do sistema de proteção social no Brasil, pois esteve fortemente ligado ao processo de democratização que o País vivia naquele momento.

De acordo com Castro *et al.* (2014) a implementação das políticas públicas deu-se realmente a partir do século XXI, consolidando-se e passando a ser voltadas a uma política de inclusão no sentido mais largo, isto é, com vistas a emancipação para cidadania.

Cronologia da criação de Leis da Economia Solidária no Brasil

Legislação	Ano	Ente Federado
Lei nº 10.683	2003	União
Decreto 4.764	2003	União
Lei nº 4.685	2012	União
Lei nº 8.936	2008	Estado
Lei nº 2.460	2005	Município

Assim, a SENAES iniciou em 2004 o desenvolvimento dos trabalhos da Economia Solidária com o Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”

(Plano Plurianual de 2004 a 2007 do Governo Federal), e organizou o mapeamento da economia solidária no Brasil, considerando os Empreendimentos Econômicos Solidários e as entidades de apoio, Assessoria e Fomento em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária” (BUZZATTI, 2007)

As iniciativas da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) desenvolveram um conjunto de tarefas e assumiram a empreitada de mapear a Economia Solidária no Brasil. Desta forma, foi constituído o Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) que tem o objetivo de auxiliar nos processos de formulação de políticas públicas sob viés da economia solidária.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES/MTE), este sistema de produção se diferencia da economia capitalista que isola a relação patrão e empregado. Já a economia solidária tem o objetivo de produzir, vender comprar e trocar o necessário para viver em conjunto, os próprios cooperados são donos, e tem a tomada de decisão da gestão de seu trabalho, fazem a partilha igualitária dos resultados.

As iniciativas da Economia Solidária estão no campo e na cidade, com associações e grupos de produtores em cooperativas de agricultura familiar, com milhares de empreendimentos em todo o Brasil. A ES (Economia Solidária) tem alguns princípios que são estruturados em quatro categorias, segundo a SENAES: Empreendimentos Econômicos; entidades de apoio e fomento e organizações de representações e governos. (SENAES/MTE).

Já na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), estão inseridos; o movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis, a Associação Nacional de Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com interação solidária (CONFESOL). Desta forma a Secretaria Nacional de Economia Solidária está presente nas esferas federais, estaduais e municipais, sendo o órgão que viabiliza e lidera as atividades de suporte a Economia Solidária e suas ações estão presentes no Plano Plurianual (PNAES, 2015)

A 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) foi em 2006 e se consolidou afirmando o reconhecimento da Política Nacional como um direito e obrigação do Estado. A 2ª conferência de economia solidária (CONAES) foi em 2010

e foi consolidada com a hipótese de um Plano Nacional de Economia Solidária. Em 2014 houve a 3ª Conferência Nacional que aconteceu em Brasília/DF, participaram dessa conferência, delegados, convidados e observadores, chegando a participar 1.600 pessoas para estabelecer o Plano Nacional de Economia Solidária como o objetivo de construir o direito de produzir e vivenciar o associativismo de forma sustentável. (PNAES, 2015).

Precisamente, nessa terceira conferência, foram consolidadas as bases em diretrizes nos passos a seguir nas esferas municipais, territoriais e estaduais, instituindo um acordo nacional para o fortalecimento da economia solidária em todo o território brasileiro. O “Plano Nacional Economia Solidária” é uma ferramenta de orientação das políticas públicas para os próximos anos, 2015 a 2019. Dentro do Plano foi estabelecido quatro eixos, são: eixo 1), produção, comercialização e consumo; eixo 2) financiamento, crédito e finanças solidárias; eixo 3) educação e autogestão; eixo 4) ambiente institucional (PNAES, 2015).

Do mesmo modo, o planejamento da implantação das políticas públicas foi um processo de aprendizagem e de constituição de conhecimento coletivo, dando uma autonomia para a elaboração de planos municipais estaduais e territoriais com metodologias participativas. Como será mostrado adiante.

4. Lei de Economia Solidária em Âmbito Nacional e suas nuances.

A Lei 4685 de 2012 de Economia Solidária instituiu algumas “definições princípios, diretrizes e objetivas” da Política Nacional de Economia Solidária, que institui o Sistema Nacional de Economia Solidária, e tem como objetivo classificar os “empreendimentos econômicos solidários” e certificar o direito aos trabalhadores associados e cooperados. (BRASIL, 2012)

Os princípios da economia solidária são compatíveis com as atividades de organização da produção, comercialização de bens e serviços, da repartição de consumo e do crédito, e tem como embasamento os princípios da autogestão, cooperação, solidariedade uma gestão democrática e participativa a repartição equitativa da produção coletiva, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, com respeito ao ecossistema a preservação do meio

ambiente e a valorização do ser humano do trabalho da cultura e com o estabelecimento de afinidades igualitárias entre os diferentes povos. (BRASIL, 2012)

É importante destacar que os princípios norteadores da Economia Solidária são qualificados segundo a Lei 4685/2012 e estão organizados assim: Administração democrática; *Soberania*; *Garantia de adesão* livre e voluntária; Estabelecimento de condições de trabalho decente; Desenvolvimento das atividades de forma ambientalmente sustentável; Desenvolvimento das atividades em cooperação entre empreendimentos e redes de mesma natureza; Busca da inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania; Prática de preços justos, de acordo com os princípios do comércio justo e solidário; Respeito às diferenças e promoção da equidade de direitos de gêneros, geração, raça, etnia, orientação sexual; Exercícios e demonstração da transparência na gestão dos recursos e na justa distribuição dos resultados; e Estímulo à participação efetiva dos membros no fortalecimento de seus empreendimentos. (BRASIL, 2012).

Para Singer (2008), os trabalhadores são proprietários de tudo o que é produzido e também dos possíveis prejuízos, a princípio causa estranheza, mas acabam por entender que é necessário passar por cada etapa, tornando-se uma experiência libertadora, do mesmo modo lhes dão a compreensão da autogestão e a preferem, mesmo nas dificuldades financeiras do empreendimento, continuar a praticar a economia solidária.

No capítulo IV da Lei 4685/2012, no art. 15 foi instituído o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES) que tem como objetivo estabelecer e implantar a Política Nacional de Economia Solidária, incentivar a integração entre as esferas municipais estaduais e sociedades civil, articular o acompanhamento, monitoramento e avaliação da política nacional de economia solidária (BRASIL, 2012).

Desta forma, os *princípios* do SINAES é incentivar a economia solidária como tática de desenvolvimento sustentável, ter equidade e integração no acesso as políticas públicas sem discriminação, autonomia e respeitando a dignidade das pessoas. É importante a participação da sociedade na formação execução e fiscalização das políticas e planos de economia solidaria nas esferas governamentais. Assim como uma boa administração e transparência na execução dos programas, e aplicação dos recursos destinados ao SINAES (BRASIL, 2012).

As diretrizes do SINAES têm como objetivo promover e articular, as políticas de economia solidária, programas e as ações governamentais no propósito de torna

mais independente as ações e articulações entre os sistemas das esferas governamentais. Do mesmo modo visando a colaboração, bem como articular entre orçamento, gestão, cooperação e promoção das atividades dos setores públicos e sociedade civil (BRASIL, 2012).

Segundo a Política Nacional de Economia Solidária fica integrado no SINAES à Conferência Nacional de Economia Solidária, órgão responsável pela indicação ao CNES (Conselho Nacional de Economia solidária) órgão articulador das diretrizes e prioridade da Política Nacional de Economia Solidária, bem como coordenar as ações desenvolvidas pelos integrantes do SINAES, que é responsável pelas atribuições (BRASIL, 2012).

O SINAES terá participação que corresponderá aos critérios estabelecidos pelo CNES em conformidade com os princípios e diretrizes do sistema. Portanto o Conselho será definido pela Conferência Nacional de Economia Solidária e sua atuação do conselho será de relevante importância aos serviços públicos, portanto não remunerados.

5. Lei de Economia Solidária no Âmbito Estadual de Mato Grosso.

No âmbito estadual, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso sanciona a Lei 8.936 de 17 de julho de 2008 de acordo como o art.1º a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária, constitui, portanto, a Política de Desenvolvimento Estadual e Regional, que visa o estimula as empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão que estão arrançados no Setor da Economia Popular Solidária que impulsiona a divulgação da sustentabilidade e o desenvolvimento econômico (BRASIL, 2008).

Na abordagem, Buzzatti (2007) revela que a Economia Popular Solidária está ligada aos seus valores e práticas, e seus conceitos integralizados nas relações de trabalho com base no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e justa.

Constitui, assim, no setor da Economia Popular Solidária na Lei 8.936/2008 os seguintes empreendimentos, cooperativas, redes de empreendimentos de autogestão e empresas, que atendam os seguintes critérios, sejam arrançadas com princípios de cooperação, solidariedade, autogestão, sustentabilidade econômica e ambiental e que valorize o ser humano e seu trabalho (BRASIL, 2008).

Os objetivos dessa política no âmbito estadual são: fomentar as cooperativas e empreendimentos de autogestão, fomentar e expandir os conceitos do associativíssimo, adequar a criação e conservação das oportunidades de trabalho em conformidade com a distribuição de renda e a integralização entre parceiros pesquisadores e empresas, e incentivar a produção e o consumo dos serviços oferecidos pelos setores da Economia Popular Solidária (BRASIL, 2008.).

Os instrumentos que integram a Política Estadual de Economia Popular Solidária vêm para fortalecer a Lei de Nacional, que promove a formação na educação, capacitação técnica para cooperação e autogestão, assistência técnica para aquisição de projetos econômicos, planos de ação e estímulo ao consumo dos produtos. Incentivos a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, incubação e a criação de novas cooperativas e empreendimentos de autogestão, reativação de empresas por trabalhadores, suporte jurídico, financiamento e disponibilização de linhas de créditos e ceder na forma de empréstimo máquinas equipamentos e acessórios que façam parte do patrimônio do estado (BRASIL, 2008).

As seguintes instituições funcionam como apoio Indireto; às Políticas Públicas de Economia Solidária; Municípios por meio de seus Órgãos de Administração; Financeiras que disponibilizam linhas de crédito; Entidades de apoio privadas sem fins lucrativos (BRASIL, 2008).

Assim, o Estado fica responsável em promover e incentivar a transferência de tecnologias adequadas para que atenda às necessidades dos empreendimentos de Economia Popular Solidária. É importante ressaltar que a política publica uma vez institucionalizada é uma forma de fazer com que o Estado se responsabilize na implementação de fato da mesma e quanto mais inter-setorial ela for, mais possibilidade ela terá de ser bem sucedida. (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012).

6. Lei de Economia Solidária no Âmbito Municipal de Tangara da Serra.

No âmbito Municipal, a Câmara de Tangara da Serra fica instituído a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária, Lei 2460 de 16 de Dezembro de 2005. É importante destacar que a política popular solidária municipal, vem fortalecendo a Lei estadual vigente e dando outras ressalvas como, por exemplo, no art. 6º que os empreendimentos de Economia Popular Solidária terão preferência e

requisitos diferenciados como o objetivo de alcançar os investimento e permanência das atividades econômicas em conformidade com a regulamentação. Dessa forma, o município também incentivará e dará suporte às pesquisas e desenvolvimento de tecnologias.

Em conformidade com a Política Municipal de Fomento às Cooperativas e Empresas de Autogestão, que agregam à Economia Popular Solidária, constituirá por um conselho municipal com participação tripartite e paritária, como integrantes representativos do Município, entidades de apoio e dos trabalhadores de EPS.

O Conselho fica encarregado de algumas atribuições como formar diretrizes presentes na lei, definir os critérios e fazer o acompanhamento e avaliação da gestão financeira dos recursos públicos destinados a implementação de projetos e programas destinados a política pública EPS, e assim também como elaborar o regimento interno e sua aprovação.

7. Indicadores de Atividades de Economia Solidária.

Os indicadores são ferramentas que podem ser utilizadas para medir dados socioeconômicos e podem criar ou reformular políticas públicas. Segundo Jannuzzi (2014) “No Campo aplicado das Políticas Públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social”.

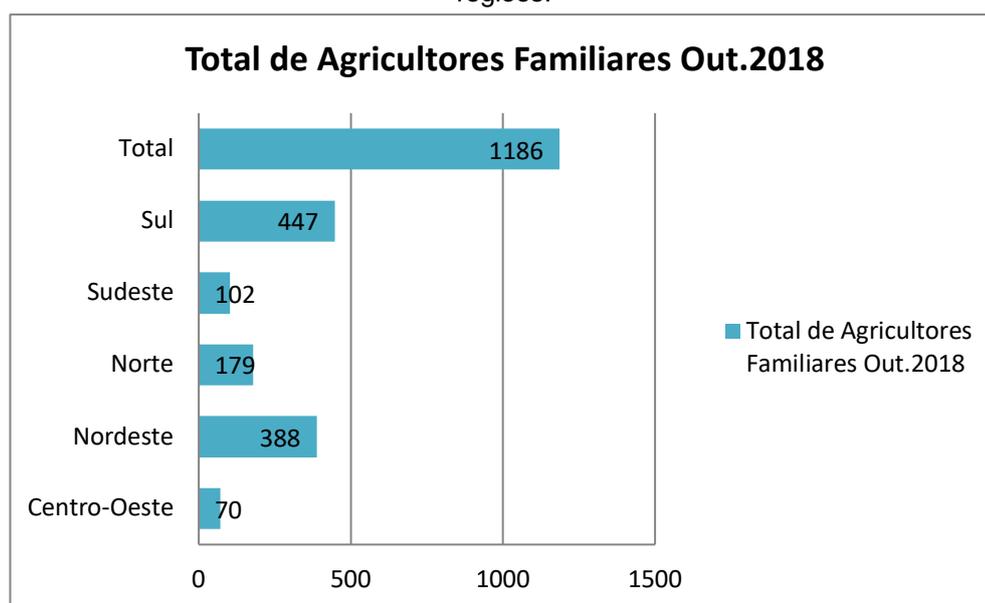
Esses indicadores foram elaborados a partir de uma base de dados do Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SINAES), com o objetivo de fazer uma diferenciação dos empreendimentos, como por exemplo, a atividade econômica, a forma de organizar, sociopolíticas e ambientais e comercialização entre outras. Esses indicadores dão a dimensão das atividades que englobam a economia solidária, são formas de organização popular que podem expandir a Economia.

Segundo o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo:

O sistema nacional de informações sobre economia solidária constitui-se em um mapeamento que busca identificar e organizar as informações sobre a Economia Solidária, isto é empreendimentos de economia solidária e entidades de apoio fomento em todo o Brasil. O SIES foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. (DIEESE, 2015).

A figura 1 apresenta o total de Agricultores Familiares em Associações e Cooperativas de Agricultura Familiar por regiões. Na Plataforma do observatório Nacional podemos acompanhar algumas variações por regiões bem significativas. Ao acompanhar essas informações podemos então mapear as regiões que mais se destacam.

Figura 1: Total de Agricultores Familiares em Associações e Cooperativas de Agricultura Familiar por regiões.



FONTE: SIES, SENAES, DIEESE (OUTUBRO 2018).

Ao analisar os dados podemos ver que temos no total de famílias cadastradas nesse sistema de 1.186, já a região Sul se destaca por ter um número maior de famílias cadastradas que outras regiões, onde está inserido Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim, segundo a GUAYÍ (OSCIP), entidade responsável pelo mapeamento dos Empreendimentos Solidários nessa região, que tem um papel de grande relevância nesse movimento, viabilizando os processos de organização no Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária realizando o mapeamento de 223 empreendimentos Econômicos Solidários em 43 municípios, Região da Serra e 21 municípios da Região Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

A Região Centro Oestes tem um desempenho baixo se comparado com outras regiões segundo a plataforma, porém seja uma falha na falta de alimentar o sistema como informações atualizadas.

A seguir na tabela: 1 temos o Total de Agricultores por Unidades de Federação.

Tabela 1: Total de Agricultores Familiares por Unidades da Federação.

Unidades da Federação	Total de Agricultores Familiares
Acre	18
Alagoas	20
Amapá	-
Amazonas	47
Bahia	109
Ceará	58
Distrito Federal	-
Espírito Santo	76
Goiás	58
Maranhão	44
Mato Grosso	12
Mato Grosso do Sul	-
Minas Gerais	21
Pará	60
Paraíba	26
Paraná	66
Pernambuco	15
Piauí	82
Rio de Janeiro	-
Rio Grande do Norte	23
Rio Grande do Sul	344
Rondônia	41
Roraima	7
Santa Catarina	37
São Paulo	5
Sergipe	11
Tocantins	6
Total	1186

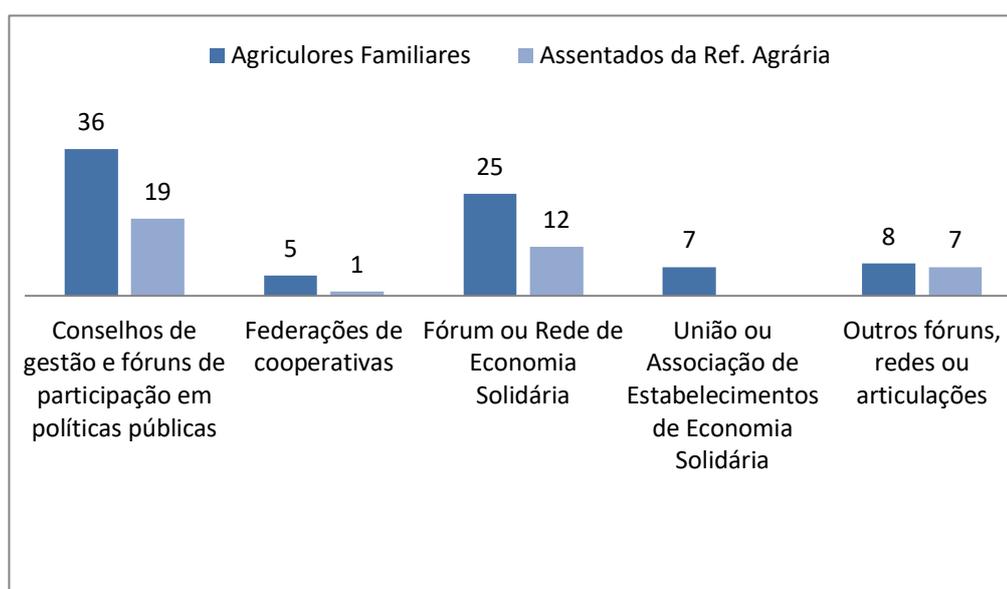
FONTE: SIES, SENAES (Outubro 2018).

Pode-se observar que o Rio Grande do Sul se destaca em relação às unidades da Federação vimos que aqui nessa tabela se confirmam os dados do mapeamento anterior. Como destaca Singer (2002), em 2001 aconteceu em Porto Alegre o primeiro Fórum Social Mundial onde foi lançado a Rede Brasileira de Sócio

Economia Solidária integrada por diversas entidades por todo o país. Já a Mato Grosso está é o terceiro menor, segundo a plataforma do SIES.

A figura 2 apresenta a participação dos Empreendimentos de Economia Solidária em Fóruns ou Redes de Articulação segundo a categoria social em Mato Grosso entre os anos de 2009 a 2013. Como se verifica, a maior participação por categoria é de agricultores familiares e de agricultores ligados à reforma agrária, o que não significa dizer que não haja outros segmentos.

Figura 2: Participação de EES em Fóruns ou Redes de Articulação ou Representação por Tipo Segundo a Categoria Social MT.



FONTE: SIES, SENAES, (2009 a 2013).

De acordo com a figura acima vimos que a participação dos agricultores familiares se destaca mais. Esse fórum é importante para os agricultores da agricultura familiar, pois eles se atualizam quanto às linhas de créditos e a novas tecnologias sociais. Portanto, para Singer (2002) a agricultura familiar é de relevante importância para a economia.

Não cabe dúvida de que se hoje ainda predomina na maioria dos países a agricultura familiar, praticada em pequenas e médias propriedades, sobretudo pelos próprios proprietários e seus familiares, isso se deve aos efeitos do cooperativismo, que dão a agricultura familiar competitividade e, portanto possibilidades de resistir e se reproduzir (Singer, 2002,).

A tabela 2 mostra o número de estabelecimentos de Economia Solidária na Relação Anuais de Informações Sociais (RAIS) que é um registro administrativo que tem como objetivo um controle estatístico de informações às entidades governamentais da área social.

Tabela 2: Número de Estabelecimentos de Economia Solidária na RAIS

UNID FED.	ANOS(S)	Total
Acre	2013	148
Alagoas	2013	62
Amapá	2013	37
Amazonas	2013	28
Bahia	2013	384
Ceará	2013	860
Distrito Federal	2013	27
Espírito Santo	2013	263
Goiás	2013	280
Maranhão	2013	375
Mato Grosso	2013	154
Mato Grosso do Sul	2013	38
Minas Gerais	2013	262
Pará	2013	288
Paraíba	2013	127
Paraná	2013	209
Pernambuco	2013	633
Piauí	2013	289
Rio de Janeiro	2013	30
Rio Grande do Norte	2013	412
Rio Grande do Sul	2013	362
Rondônia	2013	90
Roraima	2013	16
Santa Catarina	2013	344
São Paulo	2013	200
Sergipe	2013	20
Tocantins	2013	99
Não Localizadas *	2013	-
Total	2013	6.037

FONTE: SIES, SENAES (2013)

As informações oferecidas no sistema só traz o ano de 2013, sendo assim podemos analisar apenas do ponto de vistas desse ano, vejo que o sistema não teve atualizações depois desse período pela RAIS. Aqui também nos traz uma informação importante de que o SIES, precisa ser analisado mais a fundo, levando em conta os questionamento quanto a informações mais atualizadas para que sejam mais periódicas, para se obter as informações mais reais quanto as transformações da Política de Economia Solidária no Brasil.

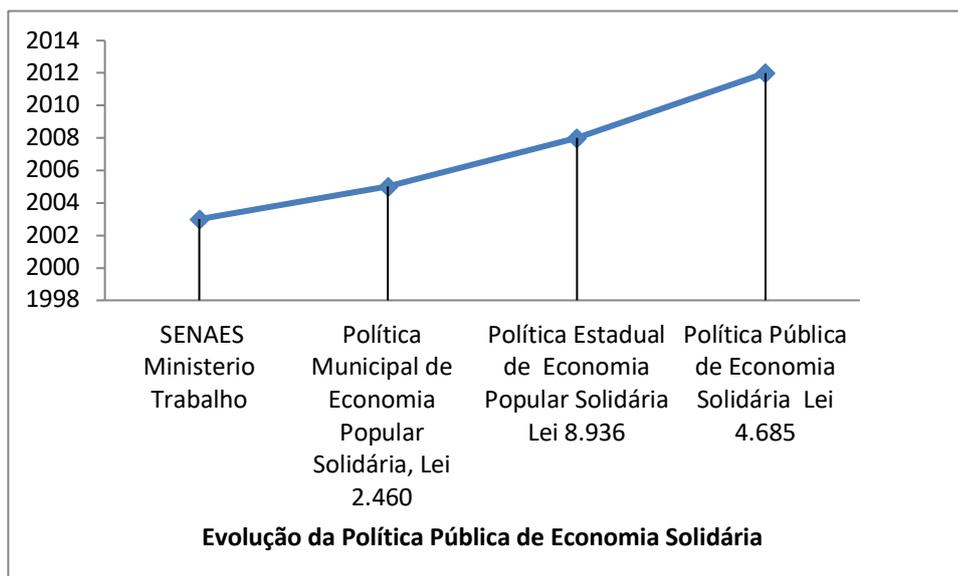
Como nota Zart (2004) a Economia Solidária busca as transformações culturais políticas e sociais e estabelece a partir das afinidades de trabalho, cooperativas, da participação política democrática da distribuição equitativa da renda, da corresponsabilidade na autogestão dos negócios atuações e representações constituintes das assembleias, de tal modo a realizar um papel no desenvolvimento do indivíduo em seus aspectos culturais, políticos e sociais.

A Economia solidária já está algumas décadas se consolidando no Brasil, a população vem se organizando em uma economia para gerar trabalho e renda combatendo a miséria na busca de um desenvolvimento econômico sustentável e justo. Portanto, sobre a visão de construção da lei de economia solidaria na representação da luta de um povo Kruppa, et al (2012) cita:

A história recente do Brasil também mostra que a lei em si não cria a realidade. Porém a lei é a representação de uma realidade de luta e processos históricos de mobilização social. Por isso ela é um importante instrumento para que a sociedade civil organizada possa reivindicar o reconhecimento de direitos perante a estrutura do Estado. (KRUPPA et al, ano 2012 , p. 83).

A figura 4 demonstra a evolução da Política Pública de Economia Solidária no cenário nacional, nesse contexto a Economia Solidária teve suas raízes fundamentadas no âmbito do ministério do trabalho dando respaldo ao indivíduo proteção trabalhista com princípios jurídicos de ética respeitando a regionalização de cada estado e município.

Figura 4: Evolução da Política Pública de Economia Solidária.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

É importante dizer que a análise da criação da Política Pública de Economia Solidária mostra um modelo *bottom-up* que tem alguns princípios que é analisar a Política Pública a partir dos seus implementadores, compreender o princípio da problemática e descrever e avaliar as redes de implementação. Como observou Souza, (2003) é importante ressaltar que há críticas nesse modelo de análise, pois a complexidade da análise dos modelos de uma política necessita ser mais estudada com ênfase na sua implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar que o debate acerca da Economia Solidária tem tido cada vez mais importância cenário da Formulação das Políticas Públicas. Muito embora, é nítido que não haja um consenso sobre suas diferentes perspectivas, posto que há divergências entre os autores sobre o próprio conceito de Economia Solidária.

Diante do que foi demonstrado neste trabalho, podemos dizer que entre período de 2000 a 2015 houve significativo avanço na produção de leis que têm a Economia Solidária como tema central, em diferentes estados e municípios da federação. Do mesmo modo o estado brasileiro teve seu papel fundamental na criação das secretarias instituindo ferramentas para fomentar e articular essa sociedade mobilizadora. Simultaneamente com a criação das secretarias foram

criadas as políticas públicas junto a sociedade, estabelecendo regras e normas de uma melhor funcionalidade.

Dessa forma, é importante ressaltar que os indicadores aqui apresentados são uma ferramenta que pode medir estatisticamente com uma base de dados confiáveis de que a Política de Economia Solidária está inserida no cenário nacional com comprovações de censo institucionais.

Outra constatação importante sobre a Economia Solidária é de que ela foi uma Política Pública criada no modelo *Bottom Up*, isto é, de baixo para cima, sendo a sociedade (movimentos sociais) a principal protagonista desta formulação. Uma construção da luta do povo que se organizou para sobreviver aos desafios impostos por uma lógica de exploração do trabalho.

Desta forma, com base nos dados analisados, este estudo deixa uma abertura para novas perspectivas de pesquisas futuras, especialmente em termos de avaliação propriamente dita das Políticas Públicas de Economia Solidária no campo prático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 10.683/2003 instituída pelo Decreto 4.764 de Economia Solidária.

_____, Lei Ordinária 2460 de 16 de Dezembro de 2005 Política Municipal de Fomento a Economia Popular Solidária. Mato Grosso Tangará da Serra.

_____, MATO GROSSO Decreto Lei 8.936 de 17 de julho 2008.

_____, Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES /MTE. Brasília, 2003 Disponível em:<<http://trabalho.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>> acesso em 08/01/2018.

BUZZATTI, A. P. A Economia Popular Solidária Frente as Transformações Contemporâneas no Mundo do Trabalho. 2007 120f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Curso de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria RS.

CULTI, M. N. Economia Solidária: Desafios e Expectativas SERIE SOCIEDADE SOLIDARIA. VOL 3(2009) ORG. LAUDEMIR LUIZ ZART ET AL. CÁCERES-MT EDITORA UNEMAT, 2009.

EID, F. DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO, ECONOMIA SOLIDARIA E POLITICAS PUBLICAS: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. *In:* LAUDEMIR LUIZ ZART: EDUCAÇÃO E SOCIO-ECONOMIA

SOLIDARIA-PARADIGMAS DE CONHECIMENTO E DE SOCIEDADE. SÉRIE SOCIEDADE SOLIDÁRIA ANO I, vol 1 CÁCERES: UNEMAT, 2004 P.165-166.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, v. 16, n. 39, 2006.

GAIGER, L. I. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. Cayapa. Revista Venezuelana de Economía Social, v. 4, n. 8, 2004.

GUAYÍ - Democracia, Participação e Solidariedade < <http://guayi.org.br/?p=656#comment-11313> > Acessado em 18 de Janeiro de 2018 as 14 h.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Editora Record, 2004

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/tangara-da-serra/panorama>> Acessado em 18 de Janeiro de 2018.

JANNUZZI, P. M. Indicadores socioeconômicos na gestão pública ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC.

KRUPPA, S. M. P. GONÇALVES, A.F. MACDONALD, J. B. Regime Jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. Revista crítica de ciências sociais, n. 84, p. 7-47, 2009.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 69, 2009.

SENAES - Secretária Nacional de Economia Solidária- Plano Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em 29 de setembro 2017, as 15h.

_____, - Secretária Nacional de Economia Solidaria- SENAES/TEM. Disponível em:< <http://www.economiaviva.com.br/?q=node/163> >. Acessado em 20 de setembro de 2017.

SINGER, P. Economia Solidária. **Estudos Avançados**, v.22, n.62, p. 289-314, 2008.

_____, **Economia Solidária no Governo Federal.** Edição. LOCAL: editora, 2004

_____, **Introdução a Economia Solidária.** 1º ed. São Paulo, Ed. fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. M. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. p 17, 2003.

_____, Políticas públicas: uma revisão da literatura p 6, 2006.

ZART, L. L. Educação e Sócio-economia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade. **Cáceres/MT: Unemat Editora**, 2004 pg 180.

ARTIGO II

Etnografia da sociabilidade presente na Feira Municipal do Produtor do Município de Tangará da Serra – Mato Grosso

RESUMO:

Os estudos sobre as experiências obtidas nessa pesquisa são de bastante relevância. Assim as Políticas Públicas de Economia Solidária traz uma compreensão dos fatos aqui citados no cotidiano de uma sociedade nas interações de sociabilidade de uma economia baseada na solidariedade. Neste sentido o estudo analisa a relação do indivíduo com olhar mais Etnográfico na dinâmica entre o EU e o OUTRO. Trata se de uma pesquisa qualitativa de tipo bibliográfico e documental de cunho qualitativo, alicerçar em um modelo de observação direta baseia-se no estudo de caso, com técnicas de observação direta. A pesquisa constatou que ha organização na Feira do Produtor está alicerçada na autogestão no preço justo na solidariedade de uma sociedade mutua que ali se estabeleceu.

Palavras Chave: Arranjos Produtivos; Sociedade; Agricultura Familiar.

ABSTRACT:

The studies about the experiences obtained in this research are of great relevance. Thus the Public Policies of Solidarity Economy brings an understanding of the facts

mentioned here in the daily life of a society in the interactions of sociability of an economy based on solidarity. In this sense the study analyzes the relationship of the individual with a more ethnographic look at the dynamics between the US and the OTHER. It is a qualitative research of bibliographic and documentary type of qualitative nature, based on a model of direct observation based on the case study, with techniques of direct observation. The research found that organization at the Producer's Fair is based on self-management at the fair price in the solidarity of a mutual society that established itself there

Keyword: Production Arrangements; Society; Family farming.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as sociabilidades presentes na de Feira Municipal do Produtor do município de Tangará da Serra – Mato Grosso e os arranjos produtivos

Para tratar sobre o assunto, é preciso destacar que o fenômeno sociabilidade, a que se refere neste trabalho, é um conceito bastante complexo, mas que tem seu desenvolvimento ao longo do próprio processo histórico, pois surge a partir da interrogações do homem sobre si mesmo. Ou seja, o que é o ser humano e como este se constitui enquanto tal? As diversas ciências e a Filosofia têm procurado respostas a tais questionamentos. Contudo, tem sido a Sociologia, a Psicologia e, especialmente a Antropologia e sua busca constante pela compreensão sobre o ser humano em sua totalidade por meio de análises sobre o homem em seus diferentes contextos, que tem alcançado respostas mais agudas no sentido da compreensão do Eu-indivíduo e do Eu-Social.

Laraia (2001), ao estudar sobre conceito de cultura, produz o entendimento de que ser humano é uma ser cultural, constituído a partir de diferentes perspectivas, ou seja, social, geografia, biológica, psicológica e cultural. Todas as perspectivas relacionadas a processos interacionais dinâmicos, ou seja, na relação do ser humano com a natureza, com os outros homens, com dos deuses e consigo mesmo.

Norbert Elias (1970), por seu turno, destaca constituição do EU, ou seja, do ser humano/indivíduo é formado especialmente pela relação do homem na e pela sociedade. Nessa perspectiva, o referido autor inaugura uma vertente analítica do ser humano baseada na constituição do indivíduo/ser humano na perspectiva de

“sociabilidades”, isto é, na relação do “Eu e Outro” em diferentes contextos sociais e tempos históricos, sem, contudo, cair em determinismos de qualquer espécie.

Berger e Luckmann (2014), por sua vez, enfrentam, em seus estudos, a compreensão deste ser humano por inteiro, como sugere a Antropologia, na espécie de socialização, quais sejam: primária (família), secundária (escola), terciária (comunidade) e uma quarta dimensão que se daria no universo das novas formas comunicacionais. Entretanto, para estes autores, as diferentes socializações estão entrelaçadas na dimensão EU e OUTRO, isto é, na interação em seres humanos por meio de processos de internalização, subjetivação, objetivação e externalização.

Para Simmels (1971) estuda a constituição do ser humano numa concepção do homem e as diferentes formas de sociabilidades num contexto que é compreendido pelas ciências sociais por modernidade. Entende modernidade, nesta perspectiva, como o apogeu do indivíduo ou da individualização, bem como do ser humano em processo de fragmentação. Apesar disso de Simmels acena numa direção de preponderância do sujeito na sua própria constituição está arraigada ao contexto multiforme da sociedade moderna, a relação de sua constituição continua marcada pela relação EU – OUTRO.

Apresentados os principais expoentes que discutem diretamente o conceito de sociabilidade, que é nuclear para compreensão deste trabalho, é preciso mudarmos a rota para demonstrar que tal conceito ganha novas interpretações no Brasil, pois Singer (2002), em seus diferentes trabalhos sobre Economia Solidária, lança luz para outras facetas da sociabilidade, especialmente envolvendo-a numa dimensão da Solidariedade.

Seus trabalhos constroem uma espécie de hermenêutica da solidariedade, pois demonstram diversos arranjos sociais e produtivos que se dão na dimensão de uma sociabilidade baseada numa ética da solidariedade virtuosa. Ou seja, aproximando-se de Durkheim, que a interpreta em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*, sob o prisma das formas de solidariedade mecânica típicas de sociedade menos complexas (grosso modo, “sociedades dotadas de pouco aparato tecnológico”) e solidariedade orgânica (típicas de sociedade complexas, ou seja, as industriais, marcada por um intenso grau de dependência entre os indivíduos).

Cumprido destacar que, ousamos fazer esta interpretação por entender que a sociabilidade que emerge da trama da solidariedade associa-se, em grande medida,

aos anseios utópicos de compreender o ser humano em sua totalidade. Contudo, na dimensão temporal e conceitual deste trabalho, nossa tentativa far-se-á na relação EU – OUTRO como componente social.

A pesquisa apresenta os resultados de uma etnografia realizada na associação de produtores na feira de Tangara da Serra, com observação direta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge. Garden City, NY: Doubleday, 1966. No Brasil: A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Editora Record, 2004.

LARAIA, R. de B., 1932-1.331c Cultura: uni conceito antropológico/ Roque 14.ed.de Barros Laraia. _ 14.ed_ Rio Janeiro: Jorge “Zahar Ed., 2001

NORBERT E. Introdução a Sociologia. Juventa Verlag. Munique 1970

SIMMEL, Georg. Sociability. On individuality and social forms, 1971.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. 2002 p 84.

2. CAMINHOS DA PESQUISA.

Feita esta breve incursão conceitual acima, cumpre-nos apresentar o itinerário para apreensão e tessitura dos elementos apresentados. De modo que, esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, pois se trata de um trabalho cujos sujeitos e suas ações suas ações não podem ser quantificadas. Neste sentido, a pesquisa alicerçar

em um modelo de observação direta. A metodologia baseia-se na pesquisa qualitativa de tipo bibliográfico e documental, utilizando-se o estudo de caso, com técnicas de “observação direta” que, segundo Goldenberg (2004)

É o meio pelo qual se reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto (GOLDENBERG, 2004).

Em termos espaciais, escolhemos como município a ser pesquisado, a cidade Tangará da Serra – Mato Grosso, localizada na mesorregião sudoeste do Estado, cercada pela Serra do Tapirapuã e Parecis, tendo como biomas predominantes o Cerrado e Amazônico (por se tratar de região de transição).

Sua economia é marcada pela forte presença do setor de serviço, derivados, de grande e medida atividades relacionadas à agricultura e pecuária. Quanto à sua ocupação territorial, mais de 50% de seu território são demarcações indígenas.

O município tem uma população de aproximadamente 110 (Cento e dez mil) habitantes, a maioria migrante das regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste do Brasil. Além disso, o município reúne um contingente bastante expressivo de agricultores familiares, sendo um dos maiores polos da agricultura familiar do Estado, o que é reforçado pela realização de três feiras semanais de produtores, dentre as quais a mais importante, em termos quantitativos, é a Feira Municipal dos Produtores.

A Feira Municipal dos Produtores foi iniciada em 1993, quando o município tinha pouco mais de 50 (cinquenta mil) habitantes, sendo realizada na parte Central do Município, região cuja valorização imobiliária é bastante elevada, tornando-se uma espécie de Cartão Postal da cidade, bem como um bem simbólico dos munícipes.

Para compreender a área de estudo, foi feito um esboço da Planta da Feira do Municipal do Produtor, partindo de informações obtidas na Secretaria da Associação dos Produtores. Nela foi feita uma divisão ilustrativa dos arranjos produtivos que se apresentam da seguinte forma: as bancas eram demarcadas por *boxes* com numerações e tinham seus setores divididos por letras - A, B, C e D.

Esses setores indicam as atividades produtivas e comerciais dos arranjos. Os *boxes* A e C, na cor verde, são compostos pelos arranjos produtivos de hortifrúti. Os

boxes B são da Praça de Alimentação e estão nas cores azul. Os boxes D são dos artesanatos e estão na cor vermelha. A cor roxa na figura representa a área que é destinada à venda de carnes.

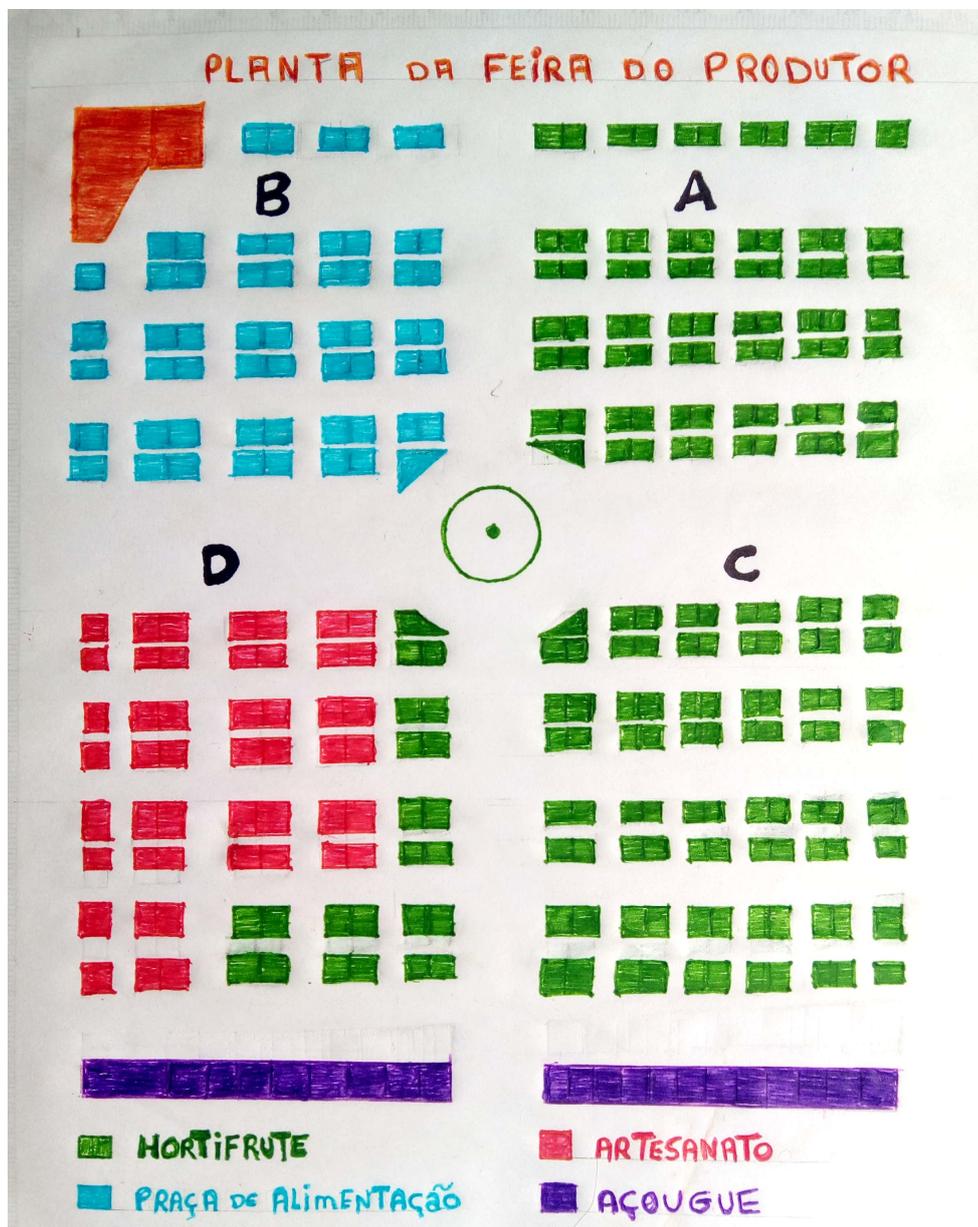


Figura1: Esboço da área da Feira do Produtor. Fonte: Elaboração da própria autora (Jan/2018).

Fazendo um levantamento junto à secretaria dos associados que estão inseridos na Associação dos Feirantes do Município de Tangará da Serra-MT constatamos 370 feirantes cadastrados distribuídos entre atividades fixas e temporárias.

A Figura 2 demonstra como está organizados os arranjos produtivos em percentagem dentro da Feira do Produtor.

Figura: 2 Arranjos Produtivos na Feira do Produtor de Tangará da Serra MT.



Fonte: Elaboração do próprio autor (Jan/2018)

O contato com os feirantes ocorreu inicialmente por meio do senhor Pedro, coordenador da feira, após apresentações e introdução sobre o objetivo da pesquisa, bem como a Instituição. Foi pedido o consentimento do mesmo para a realização da pesquisa e abordagem dos feirantes, como também, a participação do dia-a-dia deles. Assim, prosseguiu-se com o intuito de conhecer esse núcleo social.

Pesquisadora: *O coordenador parece ser uma pessoa sisuda* (Diário de Campo).

Inicialmente, foi feita uma observação mais distante das bancas. Com um caderno na mão e caneta, foi possível perceber que os feirantes já olhavam com desconfiança, como se fosse haver algum tipo de cobrança acerca de seus trabalhos. Depois de percorrer algumas bancas, o caderno e a caneta foram guardados com o intuito de melhorar a abordagem e diminuir estranhamentos, ato que melhorou muito a receptividade. Foram vários dias de observação, desde a logística a como eles se organizavam uns com os outros e seus horários e, cada vez mais, os porquês iam surgindo.

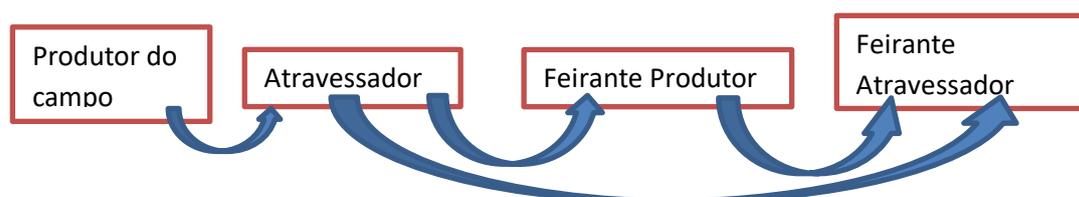
Os trabalhos na feira começam mais ou menos as 3h da manhã sendo esses do arranjo produtivo da agricultura familiar, já os feirantes dos arranjos produtivos da praça de alimentação começam seus trabalhos mais cedo às 1:30h da manhã aos

domingos, prontos para receber as pessoas que frequentam as festas noturnas e passam na feira para se alimentar

Foram observados como se organizavam, os horários em que chegavam para começar os trabalhos e como eram organizados seus espaços. Os feirantes têm a rotina de chegar cedo para arrumar a banca com seus produtos. Na madrugada, chegam também os atravessadores e os produtores com seus carros carregados de verduras e vão distribuindo. Pôde-se ser notado que alguns feirantes recebiam as mercadorias dos atravessadores e outros produtores da região traziam sua produção diretamente para comercializar nas bancas.

Do mesmo modo, os atravessadores deixavam as caixas em outras bancas também, que compram dos produtores da redondeza e vendem para os feirantes produtores e os que não são produtores apenas “feirantes”.

Para compreender melhor, a partir da observação, é sugerida a divisão do trabalho na feira em quatro categorias/tipos.



Há um consentimento nessa forma de logística dos feirantes, pois todos sabem que ali há a comercialização dos atravessadores e, de certa forma, são fundamentais para que se tenha um equilíbrio na organização daquela sociedade de feirantes assim aquele produtor que não tem condição de trazer seu produto para a feira tem esses atravessadores que escoam a produção e não há perda no campo, mantendo o sistema em equilíbrio.



Imagem 1: A chegada dos feirantes para descarregamento. **Fonte:** Acervo Pessoal (25 de Março 2019).

Ora foi chegado à feira no horário que se iniciavam os trabalhos, ora, alguns dias, mais tarde. No dia 04 de janeiro de 2018 às 05h35min, em uma quarta feira, os feirantes já estavam com suas bancas organizadas, com um fluxo de pessoas não muito intenso, diferentemente dos Domingos.

Nesse dia, direcionando-se a outra parte da feira, passou-se um tempo olhando uma banca que estava escrito “banca da Marina”⁴, uma mulher que aparentava ter menos que 40 anos com suas vestimentas bem coloridas e assessorios. Sua banca era bem sortida com as verduras bem organizadas.

Aproximamo-nos dela e ficamos um tempo conversando, ela disse que sua profissão era eletricitista predial e que morava lá em Porto Velho RO e tem quatro filhos.

Não vendo para atravessador, vendo mais barato para o consumidor. A senhora não tem prejuízo? Não, não volto com nada pra casa, pois o que sobra no final da feira levo para o abrigo ou a casa da criança. Sou a parte administrativa da nossa empresa, resolvo tudo temos CNPJ, MEI e cadastro como produtor rural. Compramos Insumos em Cuiabá, pois aqui é muito caro, a coisa mais difícil aqui é achar veneno que preste” (Diário de campo, 04/01/2018).

Nos comentários de D. Marina percebe-se certa indignação a respeito dos atravessadores, pois, produzir para ela dá muito trabalho e eles chegam e colocam preço na mercadoria daquele produtor que está no campo e não tem condição de

⁴ Alguns nomes foram mudados para a preservação da identidade dos entrevistados.

trazer seus produtos para a feira. Também, faz um destaque de como é empreendedora em seus negócios. A solidariedade é presente no diálogo da produtora, ao destinar para as instituições a produção não comercializada. Nos comentários dela, é válido salientar o uso de defensivos agrícolas, pois é muito normal o uso de agrotóxicos entre os produtores e isso fica bem claro em sua fala.

Segundo Dourado (2016), fazendo uma análise da perspectiva de Gaiger (2004), um dos grandes autores da economia solidária, é digno de ressalva que os Empreendimentos de Economia solidária tem uma *característica* “administrativa e conduz a gestão dos fatores produtivos, humanos e materiais”. Desta forma, a grandeza empreendedora torna-se indissociável do lado solidário.

Durante a conversa com dona Marina, ela contou que vendia parte da produção para uma grande rede de mercado, porém precisava ter pulso firme para negociar com eles, como tem muita oferta essas rede de mercado

Durante o tempo de vivencia da pesquisa houve familiaridade com o discurso “colocam os preço que querem”, mas como é garantido o recebimento do valor, compensava vender, assim diz ela.

Segundo Singer, (2002) os compradores dos produtos agrários são grandes empresas atacadistas que negociam as transações com preços mais baixos obtendo grandes lucros por sua superioridade econômica.

Dentre os feirantes entrevistados, também fazemos destaque à fala de Dona Maria, uma senhorinha corcunda de passo curto e certa vagareza devido à idade avançada. Ao ser questionada sobre sua vida e trajetória como feirante, disse: *Tenho 81 anos de idade, vim de São Paulo para cá com meu esposo, para plantar café, perto da região de Sinop/MT. Depois de um tempo mudamos para Tangara da Serra. Ainda era estrada de chão, um poeirão. Então, compramos um pedaço de terra. Hoje, arrendo uma parte das terras para a lavoura e, em outra parte, meu filho produz o que vendemos aqui na feira. Como não consigo trabalhar mais na produção, trabalho na venda dos produtos.* (Diário de Campo).

Surpreende quanto ao tempo que esta produtora veio junto com outros por meio dos movimentos migratórios incentivados pelo governo. A cidade de Tangaraáda Serra surgiu a partir dos movimentos migratórios incentivados pelo governo entre os anos de 1964 a 1979. Na promessa de terras, os imigrantes seguiam a rota do café, a maioria era natural de Minas Gerais, São Paulo, Paraná,

Bahia, Goiás, Pernambuco, e Espírito Santo, um movimento migratório rural-rural, assim sendo, uma cidade colonizada por agricultores (OLIVEIRA, 2004).

Pesquisadora - *Há quanto tempo a senhora faz a feira?*

D. Maria - *Já fazia feira na época que era na praça da prefeitura, depois viemos para cá, não tinha nem cobertura.*

Pesquisadora - *A senhora gosta de vir à feira?*

D. Maria - *Gosto, minha filha, o dia passa rápido, a cabeça está boa pra fazer conta e, enquanto não estou atrapalhando e estiver lúcida, eu sempre venho (Diário de Campo).*

A Feira é um espaço social onde o indivíduo que busca o sustento tem um local físico que o órgão público oficializa dando às feiras um suporte técnico e logístico para fomentar e articular a economia solidária em um espaço. E fica claro na declaração da feirante que isso foi pensado, os arranjos produtivos aqui foi amparado em um espaço físico chamado de “A Feira do Produtor”. Assim, devemos considerar a economia solidária nos arranjos produtivos na Feira de Tangara da Serra, onde o indivíduo traz seus produtos comercializam e interagem com a sociedade e há uma troca entre o feirante e o consumidor uma relação de sociabilidade e amabilidade, uma integração social.

Segundo Barros, (2006) na formulação de um projeto, destaca que o tempo de vida e o lugar social que as pessoas ocupam no momento, fundamentam os aspectos da própria trajetória e como está presente na construção das memórias.

[...] A experiência de vida valorizada pelos mais velhos como um dos poucos ganhos da velhice é o fundamento da narrativa da memória e, do ponto de vista de quem lembra, a experiência é uma interpretação de seu passado. Mas a experiência e a memória devem ser estudadas, não na sua essência no processo mas no processo de sua construção pelos sujeitos sociais (BARROS,2006).

A importância de valorizar as memórias dos feirantes aqui nesse contexto histórico deixa clara a construção de uma sociedade Tangaraense marcada pela formação de uma sociedade desenvolvida pelos incentivos do governo em desbravar a região centro oeste do Brasil.

Outro fato perceptível foi que, na maioria das bancas, quem estavam presentes eram as mulheres e algumas estavam acompanhadas de suas famílias, as crianças e os idosos que ficavam ali fazendo algum tipo de trabalho.

A organização espacial familiar de trabalho nas bancas é bem clara de se ver, por exemplo, a família trabalha junta, sendo que os mais velhos (idosos) fazem trabalhos como empacotar, debulhar feijão, tirar a palha do milho entre outros.

Já os adultos estão à frente dos trabalhos, são mais observadores, que atendem toda a logística ou o financeiro, como negociações de compra e venda. Os jovens são mais ágeis e fazem os trabalhos mais rápidos, como atendimento, dar troco e carregar algumas caixas quando necessário. A sociabilização primária familiar das relações de trabalhos é bem visível na dinâmica e divisão das tarefas.

Segundo Marcone, (1977) a família é considerada uma unidade social básica e universal, básica, pois da família depende a sociedade, universal porque em todas as sociedades humanas encontra-se uma forma de família. A família também trabalha como educador desempenhando a função socializadora na transformação da herança cultural e social nos primeiros anos de vida, na linguagem no uso dos costumes seus valores e crenças preparando a criança para ingressar na função social.

Como passava em algumas bancas e cumprimentava os feirantes já estavam acostumados à presença da pesquisadora, alguns até mesmo a convidavam para tomar um café. As conversas eram longas e, nesses momentos, aproveitava-se para investigar mais, a partir da prosa.

Na banca da Dona Jandira, uma feirante muito simpática, que conversava bastante, vendia-se mandioca, café torrado, sabão de barra entre outros itens. Tinha sempre uma garrafa de café. Foi possível notar a quantidade de pessoas que passavam por lá muitas vezes só para conversar ou tomar um café. Certa vez, passou uma senhora de idade e parou na banca, Dona Jandira ficou a conversar com a “vó”.

Dona Jandira - *Vó a senhora quer levar alguma coisa?*

Vó – *sim, quero uma mandioquinha.*

Dona Jandira - *vó a senhora está precisando de algum remédio?*

Vó - *to não fia, já comprei.*

Assim dona Jandira coloca mais algumas coisas na sacola para a “vó” e continuaram a conversar. Depois que terminaram a conversa, não passou despercebido o fato de que não tinha sido cobrado nenhum valor da “vó”, pois era

uma doação que dona Jandira havia feito. Gentilmente, ela contou a história da vó, que toda feira vai lá buscar doações e que o filho fica do outro lado esperando a mãe.

Segundo Durkheim (2004) a solidariedade no conceito socioeconômico pode ser entendida com o princípio de alteridade, sendo uma solidariedade com criticidade, auxiliar o outro vai além do valor do dinheiro é uma força de singularidade do ser em si, só existe o eu porque o outro existe.

Dona Jandira: *Sou feirante há 20 anos, e gostos muito de trabalhar aqui, alguns aqui se ajudam, mas tem muitos grupinhos, mas convivo bem com todos.*

Pesquisadora: *como vocês se organizam?*

Dona Jandira: *Daqui pra cima é nós e daqui pra baixo é os sem terra.*

Ficou evidente que ali havia uma divisão de classes colocada por alguns feirantes.

Pesquisadora: *Por que nas bancas sempre vejo mais mulheres trabalhando?*

Aos risos, ela responde.

Dona Jandira: *Algumas mulheres vêm sozinhas para o trabalho e outras, os homens vem junto estão na feira mais ficam só conversando em grupos. O meu está por aí.*

A partir dos registros fotográficos, foi possível confirmar o que foi dito por ela.



Imagem 2: Grupo de feirantes reunidos. **Fonte:** Acervo Pessoal (08 de Abril de 2018).

Um ponto de vista de uma mulher é importante, mas, para que a visão desse trabalho não fosse percebida como tendenciosa, precisava ver um ponto de vista de um feirante do sexo masculino. Então, um feirante próximo que estava desacompanhado, foi entrevistado. Após as devidas apresentações, foi perguntado

ao homem por que na feira havia mais mulheres nas bancas trabalhando do que homens. E ele responde: *é que os homens ficam no trabalho mais pesado no sítio.*

Fica claro do ponto de vista da dona Jandira que é uma percepção da realidade que pode ser comprovada pelos registros, assim sendo, o feirante homem me respondeu também uma realidade do cotidiano dos feirantes produtores, dois pontos de vista e duas realidades diferentes.

Quando perguntado sobre suas funções, o senhor responde: *ah, eu sou atravessador, compro pra revender, muitos fazem isso também, já estou nesse ramo há muitos anos e não tenho vergonha de falar que sou atravessador, pois os agricultores não tem condição de trazer as verduras pra feira aí vende pra nós que é atravessador".* (Diário de campo)

O Atravessador está presente nesse núcleo social da Feira e é relevante para manter um equilíbrio de produtos que atende toda uma população, e mantém essa cadeia produtiva funcionando.

Seguindo com o propósito da pesquisa, as observações continuavam. Em dado momento, foi notada a presença de um homem que passava nas bancas com um caderno e recebia uma quantia dos feirantes.

Ao questionar os feirantes sobre quem era aquele homem de caderninho na mão, logo disseram que cada feirante paga um valor de R\$ 4,00 para a limpeza, e ainda era pago mensalmente por cada feirante R\$ 60,00 para a associação. Foi então que, pudemos compreender, porque no inícios das observações eles olhavam para a pesquisadora. Possivelmente, achavam que também seriam cobrados por ela.

Há algum tempo convivendo com os feirantes, deu-se fim ao estranhamento e todos já encaravam com normalidade a presença de alguém com o intuito de estudar suas rotinas no ambiente de trabalho. Dona Neuza e Seu Antônio eram feirantes do assentamento do Vale do Sol I há dois anos e moravam há 8 anos no assentamento. Nas conversas com dona Neuza, ela transmitiu a imagem de uma mulher forte como muitas que ali trabalham, ela disse: *eu faço tudo no sítio planto, colho e venho para feira.*

Quando perguntada sobre o esposo, disse: *Ele trabalha na pedreira no período da noite, e também faz trabalho com os tratores da associação* (Diário de Campo).

Um elemento fundamental da Economia Solidária, que estabelece relação direta de contribuição com a luta feminista, é a autogestão. Na construção da autonomia das mulheres, a *autogestão* pode nos levar a prática de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política. (ECOSOL FEMINISTA, 2016)

É possível afirmar que a participação das mulheres é muito ativa em toda a feira, sendo responsáveis por fazer da Economia Solidária sua bandeira e da Feira do Produtor uma grande família uma sociedade que se solidarizam umas com as outras e tem uma autogestão bem ativa.

A maioria das mulheres feirantes são produtoras, trabalham na terra em seu cultivo, além disso, fazem toda a administração financeira. Podemos, pois, afirmar que a feira do produtor é um universo de conhecimento, porém pouco explorado pelo seu lado social com uma grande riqueza de informações que está subtendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender os elementos indagados na pesquisa, seus valores e como o individuo se relaciona na sua afinidade com a solidariedade/sociabilidade sendo ele protagonista da sua historia, nas práticas de Economia Solidária na auto gestão na agricultura familiar e dentro dos Arranjos Produtivos.

Dessa forma, colocamos alguns pontos de vistas do lado observador, assim, a interação entre os feirantes é visível dentro dos seus arranjos produtivos destacados aqui a agricultura familiar, a forma como é a organização espacial bem constituído as bancas e os arranjos bem marcados. A coordenação da associação da Feira do Produtor mantém a feira funcionando, dentro das regras e cobram dos associados seus horários para descarregar, manutenção feira limpa e alimentos bem certificados e para isso é cobrado uma taxa por mês.

A logística dos feirantes é um ponto relevante, pois os produtores e atravessadores são importantes para manter o sistema em equilíbrio e como eles se relacionam de forma harmoniosa nesse contexto logístico, aponta como diferencial as suas interações de qualidade sociável.

Portanto, a Solidariedade está presente nesses Arranjos Produtivos, como os feirantes se auxiliam mutuamente no dia a dia deles. Como nota Berger e Luckmann (2014), a compreensão deste ser humano por socialização, terciária (comunidade) são fundamentais.

Em síntese é importante ver que a solidariedade para como seu vizinho de banca o cliente fiel, que passa apenas para tomar um café. A organização espacial familiar de trabalho são fatos do cotidiano daquela sociedade e mostra a inter-relações sociáveis primárias secundárias dos indivíduos.

Outro ponto importante é a autogestão o preço justo e a autonomia em seus empreendimentos econômicos sendo esse alguns dos princípios da Economia Solidária.

Enfim, as mulheres tiveram um papel fundamental nessa pesquisa a força de trabalho foi relatado em muitos momentos e a presenças delas em todas as bancas mostrando a sua importância e o quanto a equidade de gênero vem se destacando na Economia Solidária e a presença delas na Feira do Produtor é relevante.

Nas considerações apresentadas, este trabalho almejou explorar os horizontes para futuras pesquisas que busquem entender melhor o comportamento nas suas relações sociais.

Eis as contribuições desta pesquisa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, M. M. L. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 52, p. 109-132, 2006.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, NY: Doubleday, 1966. No Brasil: *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

BONNAL, F. MALUF, R.; CAZELL. Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e Desenvolvimento Territorial no Brasil, Rio de Janeiro Mauad X, p103 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) (2017). Brasília (DF) Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/2845-governo-discute-acoes-de-fomento-para-arranjos-produtivos-locais-de-todo-o-brasil>>. Acesso em 12/12/2017 as 21:57h.

DOURADO, I. P. Economia Solidária e Antropologia Econômica: Etnografias da Solidariedade Brasileira. Porto Alegre, RS Ed.Fi 2016.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Editora Record, 2004.

LAKATOS, E. M. Sociologia geral/com colaboração de Marina de Andrade Marconi. São Paulo, Atlas, 1977, p. 85.

LARAIA, R. de B., 1932-1.331c Cultura: uni conceito antropológico/ Roque 14.ed.de Barros Laraia. _ 14.ed_ Rio Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001

LASTRES, H. M M et al. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e invocativos locais. **Rio de Janeiro: IE,** 2003.

MARCONI, M. de A. Instituição Família e Parentesco. **LAKATOS, EM Sociologia geral,** v. 3.

NORBERT E. Introdução a Sociologia. Juventa Verlag. Munique 1970.

OLIVEIRA, C. E. Família e Natureza as Relações entre família e ambiente na Colonização de Tangará da Serra - MT Editora Sanches Ltda. 2004.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. 2002 p 84.